



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COMITÊ DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA

ATA DE REUNIÃO

Data	08/02/2019
Início	11:40
Fim	13:10

1. Participantes.

Nome	Unidade
Adriana Freitas Brandão Correia	Diretoria-Geral
Pedro Jose Barreiros Acchar	Assessoria da Presidência
Érica Ferreira	Assessoria da VPCRE
Rita de Cássia de C. e S.M de Abreu	Escola Judiciária Eleitoral
Fábio Lami Júnior	Secretaria de Administração
Flavio Augusto Castanheira Celano	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Ana Luíza Claro da Silva	Secretaria Judiciária
Andre dos Santos San'Anna	Secretaria de Tecnologia da Informação
Fernando José da Fonseca	Secretaria de Orçamento e Finanças
Renata Motta Geronimi	Secretaria de Gestão de Pessoas
Soraya Previtali Morisson	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

Convidados

Nome	Unidade
Flávia Conceição de Lima Vidal	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Larissa de Matos Biajoli	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Aldenir Acimen de Moraes	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

2. Pauta

Deliberações do CGE sobre iniciativas estratégicas, com vistas à elaboração da versão 3.0 do PDE 2018/2019.

Ausente justificadamente o representante da ASCOM.

3. Descrição da reunião

Aberta a reunião pela Diretora Geral, que passou a palavra para a representante da Asplan, Flavia Conceição de Lima Vidal.

Inicialmente foi explicado aos presentes que neste ano manteríamos o PDE 2018/2019, atualizando-o para a versão 3.0, de forma a manter o histórico de 2018 e continuar com as iniciativas a serem executadas em 2019.

E, em paralelo, iniciaremos o PDE 2020/2021 que contemplará os projetos e os estudos de viabilidade que serão executados em 2020 e 2021, permitindo que o orçamento de 2020 seja remetido ao TSE tão logo o calendário da proposta orçamentária seja liberado, bem como, que aprimoremos a proposta a ser remetida em 2020 para a execução dos projetos em 2021.

Além disso, foi informado que o modelo da ficha dos projetos estratégicos foi alterado, de modo a permitir um maior controle da previsão e da execução orçamentária das iniciativas, separando não só o exercício de desembolso, mas também o tipo de aquisição ou contratação envolvida e a modalidade de licitação. Foi registrado ainda que a ficha terá um campo de valor orçamentário previsto e valor orçamentário executado. Neste momento Flavia Vidal mostrou aos membros do CGE, a título de exemplo, a ficha preenchida com os dados do Projeto SEI.

Flavia lembrou que a ficha do projeto “*Implantação da ferramenta de inteligência e de exploração de dados – BI*” foi aprovada na reunião do CGE de 14/12/18.

Implantação dos Exames Periódicos de Saúde– EPS - PILOTO SGP
Quanto ao projeto “ <i>Implantação dos Exames Periódicos de Saúde– EPS - PILOTO SGP</i> ” foi colocada em discussão a entrega final prevista na ficha “plano do projeto de implantação dos EPS em toda a instituição”.
A Secretária de Gestão de Pessoas sugeriu que fosse elaborado apenas de um plano de implantação com posterior apresentação deste ao CGE, sem necessidade de que a execução do mesmo configure como um projeto estratégico incluído no PDE, vez que através do atual projeto em curso foi possível testar a metodologia escolhida, passando a realização dos exames a fazer parte das atividades da SGP.
Deliberação: aprovada a alteração da entrega final do projeto “ <i>Implantação dos Exames Periódicos de Saúde– EPS - PILOTO SGP</i> ”.
Prazo: não houve.
Unidade responsável: SGP.

Estruturação do sistema de governança do TRE
Flavia informou que a gerente propôs a alteração do “termo de conclusão” de três marcos do projeto. A gerente do projeto Soraya Previtali Morisson esclareceu que na última reunião de Análise da Estratégia ocorrida em dezembro/18 foi deliberado pela apresentação dos normativos da Política de Riscos agora em fevereiro/2019 e, diante disso, sugere a alteração da ficha para adequar a essa resolução.
Quanto às etapas de “cotação para contratação de serviços especializados para formação de gestores de alta administração do TRE-RJ em governança” e de “contratação de serviço especializado para capacitação de gestores do TRE-RJ em governança pública” previstas para fevereiro e março de 2019, foi sugerido ao adiamento das etapas uma vez que haverá alterações na alta gestão.
A gerente explicou ainda que o propósito da contratação é capacitar a todos para também tratar a governança de TIC, de contratos e de pessoas. Lembrou ainda que o PDTIC – Plano Diretor de TIC vai ser postergado para esperar esta capacitação.
A Secretária de Gestão de Pessoas questionou se haveria impedimento de que fosse elaborada a Política de Gestão de Pessoas antes da capacitação, vez que o desempenho da SGP é impactado negativamente pela ausência deste normativo. Para Soraya não há impedimento, mas pode haver necessidade de rever a Política de Gestão de Pessoas após o estabelecimento da Política de Governança.
Renata citou a título de exemplo a Resolução que instituiu o Comitê Gestor Local de Gestão de

Pessoas do TRE, a qual foi elaborada em razão de determinação objetiva do CNJ embora houvesse deliberação anterior do CGE para adiar essa nomeação para depois de instituído o Comitê de Governança.

Deliberação: 1. Aprovação da alteração das datas sugeridas pela gerente na ficha do projeto "Estruturação do sistema de governança do TRE".

2. Aprovada a elaboração da Política de Gestão de Pessoas, com posterior revisão, se for o caso.

Prazo: não houve.

Unidade responsável: 1. Asplan

2. SGP

Modernização das Instalações Elétricas do NUAD

Foi informado que a gerente fez alterações incluindo a contratação de um engenheiro elétrico e alterando a data de alguns marcos do projeto.

O Secretário de Serviços Gerais informou que a contratação do engenheiro para fiscalização do contrato foi incluída para ressaltar esta necessidade, mas que outras possibilidades estão sendo analisadas, e que, a proposta é que a referida contratação seja feita nos moldes de horas demandadas.

A Diretora-Geral aventou a hipótese de não ser possível ao TRE fazer essa contratação, pois o órgão possui o cargo, embora o servidor que o ocupa esteja cedido ao TSE.

A Secretária de Gestão de Pessoas disse que instruiu o processo de chamamento de novos servidores com o questionamento quanto à necessidade de termos um engenheiro elétrico ou de um engenheiro civil. O Secretário de Serviços Gerais esclareceu que irá instruir indicando a necessidade do engenheiro civil e sugerindo que seja solicitado ao TSE o retorno do servidor engenheiro elétrico ou de um cargo vago.

Sugerido pela Secretária Judiciária alterar a ficha para que conste "viabilização de engenheiro elétrico para fiscalizar o contrato" ao invés de contratação, de forma permitir maior flexibilidade na solução do problema.

Pontuou-se ainda que na proposta de ficha ora apresentada consta a "apresentação do TR para contratação do projeto básico e executivo" em 27/04/18 mas o mesmo foi elaborado em dezembro/18, sendo, posteriormente, analisado pela SCI e remetido à SAD por orientação da Secretaria do Controle Interno.

Deliberação: 1. Sobrestamento da análise da ficha para que a gerente possa identificar melhor os termos de conclusão dos marcos do projeto, bem como, encaminhar a ASPLAN a ficha do projeto.

2. Envio da nova ficha aos membros do CGE por email ou retorno da ficha completa ao CGE para nova deliberação em 26/02/19.

Prazo:

Unidade responsável: 1. SSG

2. ASPLAN

Modernização do Data Center

A nova proposta de ficha trouxe as seguintes alterações:

- na 1ª etapa do projeto:

1. Inclusão da “*Contratação de empresa para elaboração de projeto de reforço estrutural do pavimento que receberá o Data Center*” prevista para março/19 e com orçamento de R\$30.000,00;
2. Alteração no termo de conclusão do marco “*Apresentação de relatório, projetos básico e executivo (Itens 1A, 1B e 1C do Edital)*” vez que a data anterior (novembro/18) incluía apenas a entrega do item 1A do Edital; e

- na 3ª etapa do projeto: alteração de todo o cronograma para adequá-lo aos prazos legais de licitação na modalidade concorrência.

O Secretário de Orçamento e Finanças informou que se o valor da obra incluída no Data Center for superior a R\$150.000,00 provavelmente será necessária a abertura de um plano orçamentário, conforme orientação do TSE em 2018.

O Secretário de TIC informou que o valor da obra é pequeno e está incluído no orçamento de R\$6.000.000,00 da 3ª etapa, mas, irá se inteirar dos detalhes destes valores com a equipe do projeto, pois a empresa passou este orçamento detalhado na véspera.

O Secretário de Orçamento e Finanças também questionou o orçamento para a execução da 3ª etapa, em razão da mudança no cronograma, ao que lhe foi informado que nova reunião será agendada para debater todas as questões relativas ao orçamento para 2020.

Deliberação: 1. Aprovação da alteração das datas sugeridas pela gerente.

2. Nova reunião para debater o orçamento agendada para 20/02 às 11:30.

Prazo: não houve.

Unidade responsável: ASPLAN

Rede Privada Virtual – VPN

Flavia comunicou que o valor de R\$1.190.146,06 da aquisição do *firewall appliance* para a Sede foi liquidado no dia 28/12/2018.

O Secretário de TIC informou que o equipamento foi instalado na Sede em 04/01/19.

Flavia esclareceu que houve alteração na ficha para escalonar em etapas a aquisição e a instalação dos circuitos de acesso à internet da capital e do interior de modo a adequar o projeto à disponibilidade orçamentária do Tribunal.

A Secretária Judiciária aprovou o cronograma ao pontuar a vantagem de concluir toda a instalação do interior em 2019 antes, portanto, das próximas eleições.

O Secretário de TIC informou que o TR desta aquisição já está pronto.

O Secretário de Orçamento e Finanças reiterou a necessidade de que os valores das contratações sejam passadas a ele conforme o exercício de desembolso, e foi lembrado que nova reunião será agendada para discutir o orçamento dos projetos estratégicos.

Deliberação: 1. Aprovação da alteração das datas sugeridas pela gerente.

2. Nova reunião para debater o orçamento agendada para 20/02 às 11:30.

Prazo: não houve.

Unidade responsável: Asplan

Estudo sobre o modelo de armazenamento de urnas eletrônicas

Flavia explicou que os prazos foram revistos em razão de todas as ocorrências de 2018.

Deliberação: Aprovação da alteração das datas sugeridas pela gerente.

Prazo: não houve.

Unidade responsável: não houve.

Implantação do sistema eletrônico de informações - SEI

Implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe 1º grau

Flavia esclareceu que a ficha do projeto prevê R\$100.000,00 para a aquisição de certificados digitais, mas o Ato GP n. 71/18 dispensou essa contratação ao permitir que os usuários assinem os documentos apenas com *login* e senha.

O Secretário de TIC informou que o CNJ já autorizou a utilização do SEI pelos servidores sem o certificado digital.

A Diretora-Geral lembrou que se essa entrega não for dispensada o projeto que está se concluindo com excelência ficará com uma pendência. Aproveitou a oportunidade para lembrar a todos o quanto temos que elogiar toda a equipe do Projeto SEI por todo o trabalho desenvolvido e por toda a paciência em ajudar e ensinar a todos.

O Secretário de TIC lembrou a dedicação intensa da equipe de informática que rotineiramente antecipa e evita possíveis problemas.

Flavia sugeriu que deve sair no Parlatório uma matéria sobre a equipe por trás da tela, justamente para reconhecer o trabalho da informática. Informou também que o Projeto "*Implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe 1º grau*" prevê R\$60.000,00 para a aquisição dos certificados digitais.

A Diretora-Geral pontuou que o TSE já sinalizou que deve haver dispensa do uso de certificados digitais, mas que tal ainda não foi oficializado.

O Secretário de TIC esclareceu que a Implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe 1º grau tal como ocorreu com o PJe 2º grau deve obedecer a um cronograma a ser determinado pelo TSE, conforme a qualidade dos links de acesso de cada Zona Eleitoral. Informou ainda que há possibilidade de este cronograma determinar a instalação em algumas ZEs ou Municípios dentro do Estado, mas não em todas.

Deliberação: 1. Dispensar a entrega "aquisição de certificados digitais" do Projeto SEI.

2. Manter a contratação dos certificados digitais na ficha do Projeto "*Implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe 1º grau*".

Prazo: não houve.

Unidade responsável: Asplan

Cadastramento biométrico de eleitores no Estado do Rio de Janeiro - ciclo 2019/2020

Flavia explicou que a inclusão desta iniciativa no PDE 2018/2019 já foi aprovada na reunião do CGE de dezembro de 2018.

A Diretora-Geral sugeriu que a ficha do projeto fosse sobrestada porque a proposta do Plano de Ação do grupo de trabalho aprovada pelo atual Presidente pode sofrer revisões pela próxima gestão. Além disso, há uma portaria da Ministra sinalizando pelo aproveitamento das biometrias do Detran, o que impactará na escolha dos Municípios que podem ter revisão de eleitorado ou incremento de biometria ordinária.

Deliberação: Sobrestar a proposta de ficha para análise pela próxima gestão

Prazo: não houve.

Unidade responsável: não houve.

E-social

Flavia explicou sobre a proposta da Secretaria de Gestão de Pessoas de inserir este projeto novo no PDE em razão dos grandes impactos em vários processos de trabalho do Tribunal e em quase todas as Secretarias.

A Secretária de Gestão de Pessoas disse que algumas etapas da ficha têm datas definidas em lei e que embora ela tenha elaborado a ficha ela precisa ser refinada.

Flavia pontuou que se houver deliberação para a inclusão do projeto no PDE é preciso definir o Responsável / Patrocinador e o gerente, havendo indicação para gerente com dedicação exclusiva.

A Diretora-Geral lembrou que o prazo legal para a implantação do E-social é janeiro de 2020 e pontuou que embora o impacto seja grande as atividades serão operacionais e não estratégicas.

Deliberação: 1. Aprovação da inclusão da iniciativa no PDE 2018/2019.

2. Análise e escolha da Unidade Patrocinadora e do gerente do projeto.

3. Suspensão da ficha para aprimoramento pra reunião do dia 26/02.

Prazo: 26/02/18

Unidade responsável: 1. Asplan

2. SGP e DG

3. SGP

Medidas relativas à Adequação das Instalações Físicas do NUAD

A Assessora de Planejamento e Gestão explicou que o Secretário de Serviços Gerais deu seguimento a um despacho do Presidente no procedimento de inventário e encaminhou um expediente para a Asplan apontando 02 caminhos para as instalações físicas do Nuad:

1. A Administração pretende continuar operando no Caju?

2. Se sim, o que a Administração precisa fazer para tomar as instalações adequadas.

3. Se não, para onde e como mudar a estrutura que hoje está localizada no Caju.

Esclareceu ainda que há 02 projetos no PDE que impactam nesta questão: "*Modernização das*

Instalações Elétricas do NUAD e *"Estudo de viabilidade para a adequação do arquivo central"* e que eles precisam considerar estas questões.

Além disso, a própria decisão de se a Administração vai manter sua estrutura no Caju, ou não, vai requerer um estudo quanto aos aspectos de segurança, logística, custo, etc.

Lembrou ainda que o *"Estudo de viabilidade para a adequação do arquivo central"* cujo relatório está pronto ainda precisa ser apresentado pelo responsável e pode já indicar parte da solução.

A Diretora-Geral manifestou preocupação de que o projeto *"Modernização das Instalações Elétricas do NUAD"* precisa ser executado no mínimo daquilo que garanta segurança.

O Secretário de Serviços Gerais esclareceu que o TR foi elaborado com o propósito de que o projeto básico e executivo de modernização elétrica seja contratado para contemplar todo o Caju, mas permitindo que a execução seja contratada por etapas, de modo, a ser feito no primeiro momento somente o que for emergencial, como a subestação elétrica, deixando as demais etapas da execução para após a definição do futuro do Caju.

A Assessora de Planejamento pontuou que o *"Estudo de viabilidade para a adequação do arquivo central"* poderá subsidiar o estudo do NUAD como um todo.

O Secretário de Serviços Gerais sugeriu que a ASEGUR participe da reunião do dia 20/02.

O Secretário de Administração apresentou um resumo do relatório do *"Estudo de viabilidade para a adequação do arquivo central"* à Diretora-Geral, que se mostrou preocupada com os orçamentos indicados. Instado o Secretário de Orçamento e Finanças disse que o TSE só tem liberado grandes valores para obras que já estejam em andamento.

A Assessora de Planejamento lembrou que o governo estava fazendo um levantamento dos imóveis vagos da União.

E a Diretora-Geral disse que a superintendência fez um trabalho para remanejar imóveis para os órgãos que estivessem precisando e que o TRE estava na lista aguardando, que foram remanejados 14 imóveis, mas que o TRE saiu da lista.

A Diretora-Geral pontuou ainda que o TRE poderia voltar a analisar esta opção a depender do direcionamento a ser dado pelo novo Presidente. Neste sentido comentou com os demais membros do Comitê que o Estudo indica, por exemplo, um orçamento de cerca de R\$10.000.000,00 para aquisição de novo terreno e construção de um novo arquivo, e de 2.700.000,00 para opção de reforma do arquivo no Caju.

Deliberação: 1. Encaminhar *"Estudo de viabilidade para a adequação do arquivo central"* para a Asplan.

2. Nova reunião para debater o NUAD junto com o orçamento no dia 20/02.

Prazo: não houve

Unidade responsável: 1. SAD

2. ASPLAN-DG

Estudo de viabilidade para a adequação do arquivo central

Estudo de viabilidade para estruturação dos canais de comunicação com o público interno

Estudo de viabilidade para estruturação dos canais de comunicação com o público externo

Estudo de viabilidade para a implantação análise estatística aplicada ao direito, foco ilícitos eleitorais – Jurimetria

Estudo de viabilidade para implantação do sistema VoIP

Estudo de viabilidade para reestruturação dos projetos socioeducativos

Flavia apontou que os 04 primeiros estudos estão concluídos e precisam ser apresentados ao CGE, que o Voip deve ser concluído no final de fevereiro e o projeto da EJE está atrasado.

A Diretora-Geral pontuou que seria interessante adiantar o relatório do "*Estudo de viabilidade para implantação do sistema VoIP*", mas o Secretário de TIC informou que não haverá orçamento para 2020, mas talvez para 2021, pois a idéia é usar *software* livre.

Flavia explicou que o gerente pretende fazer uma implantação do Voip escalonada e que eventual compra em 2020 terá um valor pequeno e o atual orçamento do Tribunal o absorveria.

Flavia explicou que a idéia é que os relatórios estudos sejam apresentados aos membros do Comitê cuja matéria seja afim e depois levar o resultado desta reunião a todo o Comitê.

A Diretora-Geral solicitou que os relatórios fossem enviados a todos os membros do Comitê para que eles pudessem ter acesso antes das reuniões.

Deliberação: 1. Aguardar março para marcar as reuniões do CGE para apresentar os estudos concluídos.

2. Criar uma pasta no Temp/ Asplan e disponibilizar os relatórios dos estudos de viabilidade para acesso dos gestores

Prazo: não houve

Unidade responsável: Asplan

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

De acordo:

Adriana Freitas Brandão Correia

Pedro Jose Barreiros Acchar

Rita de Cássia de C. e S.M de Abreu

Érica Ferreira

Flavio Augusto Castanheira Celano

Fábio Lami Júnior

Andre dos Santos San'Anna

Fernando José da Fonseca

Ana Luíza Claro da Silva

Renata Motta Geronimi

Soraya Previtali Morisson

Flávia Conceição de Lima Vidal

Larissa de Matos Biajoli

Aldenir Acimen de Moraes

Original assinado - Prot. nº 31.264/2018